

---

**POLPAR S.A.**

Companhia Aberta | CVM nº 01344-7  
CNPJ nº 59.789.545/0001-71 | NIRE 35.300.122.526

**Proposta da Administração**

**Assembleia Geral Ordinária  
a ser realizada em 29 de abril de 2024**

---

## ÍNDICE

<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	3
<b>ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES</b> .....	5
Item 2 do Formulário de Referência (Anexo C da RCVM n.º 80/22)	
<b>ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO</b> .....	11
Anexo A da RCVM n.º 81/22	

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em atenção ao disposto na RCVM nº 81/22, a administração da Companhia (“Administração”) vem apresentar as seguintes informações e propostas relativas às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”):

### **1. Apreciar as contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023**

A Administração submete à deliberação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e respectivas Notas Explicativas da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de março de 2024.

As Demonstrações Financeiras Individuais e respectivas Notas Explicativas da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da Companhia, da CVM e da B3. As demonstrações financeiras da Companhia foram disponibilizadas no Sistema Empresas.NET no dia 18 de março de 2024, conforme previsto na Resolução CVM 166/22.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (anexo C da RCVM n.º 80/22) e do artigo 10, *caput*, inciso III, da RCVM n.º 81/22, constam do Anexo I a esta Proposta.

### **2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023**

A Administração propõe que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 1.501.696,44, seja destinado da seguinte forma:

- a. o valor de R\$ 75.084,82 para o fundo de Reserva legal;
- b. o valor de R\$ 590.000,00 para pagamento de dividendos, sendo R\$ 3,7820513 por ação ordinária e R\$ 4,1602564 por ação preferencial, destacando-se que referido valor já foi integralmente pago antecipadamente como juros sobre o capital próprio (“JCP”) em 12 de janeiro de 2024 e imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, conforme previsto no §7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de dezembro de 2023;
- c. o valor de R\$ 752.950,46 para Reserva especial destinada a futuro aumento de capital; e

d. o valor de R\$ 83.661,16 para Reserva estatutária especial.

As informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, nos termos do artigo 10, parágrafo único, inciso II, e do anexo A, da RCVM n.º 81/22, constam do Anexo II a esta Proposta.

### **3. Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores**

A Companhia não pagará qualquer remuneração aos seus administradores.

As informações sobre a remuneração dos administradores, nos termos do item 8 do formulário de referência (anexo C da RCVM n.º 80/22) e do artigo 13, inciso II, da RCVM n.º 81/22, não serão apresentadas uma vez que a Companhia não pagará qualquer remuneração aos seus administradores.

## ANEXO I

### ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (ANEXO C DA RCVM N.º 80/22)

#### COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

##### **2.1 Os diretores devem comentar sobre:**

##### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, assim como possui acesso a diferentes fontes de financiamento. No último exercício social a Companhia registrou lucro de R\$ 1.502 mil.

##### **b. estrutura de capital**

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 53.905 mil, representando um acréscimo de 14,21%, ou R\$ 6.706 mil em relação a 31 de dezembro de 2022, e um acréscimo de 0,58%, ou R\$ 312 mil, em relação a 31 de dezembro de 2021. A variação é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da marcação dos investimentos ao valor justo de mercado, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Não existe previsão de resgate de ações no curto ou médio prazos.

##### **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

##### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

##### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

**f. níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia**

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos ou dívidas relevantes de qualquer natureza.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia não possui financiamentos contratados.

**h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

O lucro da Companhia no exercício de 2023 decorreu do valor de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no montante de R\$ 1.409 mil. Em comparação ao ano anterior, em 2022 a Companhia teve lucro e recebeu dividendos no montante de R\$ 3.824 mil.

## **2.2 Os diretores devem comentar:**

**a. resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

No exercício de 2023, a Companhia apurou lucro de R\$ 1.502 mil em comparação ao lucro de R\$ 4.121 mil no exercício anterior. Os dividendos recebidos de suas participações na Suzano Holding S.A. e na Suzano S.A., no montante de R\$ 1.409 mil, mais o resultado financeiro líquido no valor de R\$ 553 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício no valor de R\$ 210 mil e as despesas de provisão do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 250 mil.

(Em milhares de reais)

**Exercício findo em**

<b>Abertura dos dividendos e juros sobre capital próprio por companhia</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>Div</b>	<b>Div</b>	<b>Div</b>
Suzano Holding S.A.	660	1.864	-
Suzano S.A.	749	1.960	-
	1.409	3.824	-

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		
	2023	2022	2021
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.409	3.824	-
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(210)	(120)	(155)
Resultado financeiro, líquido	553	479	135
Imposto de renda e contribuição social corrente	(250)	(62)	-
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>1.502</b>	<b>4.121</b>	<b>(20)</b>

**b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

**c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

**2.3 Os diretores devem comentar:**

**a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

**b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023.

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais.

**2.5. Caso da Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve: (a) informar o valor das medições não contábeis; (b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; e (c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Companhia não divulgou no decorrer do último exercício social medições não contábeis.

**2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

A Companhia não divulgou evento subsequente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

**2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

**a. regras sobre retenção de lucros**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iii) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.

**b. regras sobre distribuição de dividendos**

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Com a conversão de 40.000 ações ordinárias em ações preferenciais, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 21 de dezembro de 2017, aos detentores das ações preferenciais ficou assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias. Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros da Diretoria uma participação nos lucros do exercício. Por

proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos. Caso seja pago dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

**c. periodicidade das distribuições de dividendos**

A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros. Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.

**d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.

**e. se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada.

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui qualquer ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar**

**as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; (b) natureza e o propósito da operação; e (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

**c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

**d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG**

Não aplicável, tendo em vista que no momento a Companhia não possui plano de negócios.

**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

## ANEXO II

### ANEXO A DA RCVM N.º 81/22

#### DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

##### 1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 1.501.696,44.

##### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Juros sobre capital próprio		
Ações Ordinárias	3,782	257
Ações Preferenciais	4,160	333
Total		590

Os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 590.000,00 foram pagos em dinheiro em 12 de janeiro de 2024, com base na posição acionária de 11 de dezembro de 2023. As ações passaram a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 12 de dezembro de 2023 (primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação).

##### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido para distribuição com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 é de 41,36%.

##### 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

##### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

###### a. o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não será submetida na Assembleia Ordinária proposta de distribuição de dividendos ou JCP adicionais ao montante que já foi pago e informado no item 2 acima.

###### b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

**c. eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**d. data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

**b. informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2023	2022	2021
Lucro líquido por ação (R\$):			
Ordinária	11,53	52,83	-
Preferencial	12,69	58,12	-

**b. dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	2023	2022	2021
Dividendos distribuídos por ação R\$:			
Ordinárias	-	12,550	-
Preferencial	-	13,805	-
JSCP distribuídos por ação R\$ (bruto):			
Ação ordinária	3,785	-	-
Preferencial	4,160	-	-

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

**a. identificar o montante destinado à reserva legal**

R\$ 75.084,82.

**b. detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Nos termos na alínea “a” do Artigo 30 do Estatuto Social, a reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, já deduzidos os eventuais prejuízos acumulados, que não excederá de 20% do capital social.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos (a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a. descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de um dividendo mínimo que represente, em cada exercício, 25% do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes.

**b. informar se ele está sendo pago integralmente**

O pagamento dos dividendos obrigatórios foi pago integralmente conforme item 3 acima.

**c. informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências (a) identificar o montante**

**destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar por que a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

**a. descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Parágrafo Único do Art. 30, a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% . do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% . do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% . do capital social.

**b. identificar o montante destinado à reserva**

- Reserva para Futuro Aumento de Capital: R\$ 752.950,46
- Reserva Estatutária Especial: R\$ 83.661,16

**c. descrever como o montante foi calculado**

	<u>R\$ (mil)</u>
Lucro líquido do exercício	1.502
Constituição da reserva legal 5%	<u>75</u>
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	1.427
Juros sobre capital próprio	<u>590</u>
Resultado remanescente	<u>837</u>
Reserva para aumento de capital - 90%	753
Reserva estatutária especial - 10%	84

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital (a) identificar o montante da retenção; e (b) fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais (a) informar o montante destinado à reserva; e (b) explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.